

INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
Programa Avançado em Gestão Pública - PAGP

Wanusa Rodrigues da Silva

A recuperação das aprendizagens no período pós-pandêmico: desafios e possibilidades para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

São Paulo
2022

Wanusa Rodrigues da Silva

A recuperação das aprendizagens no período pós-pandêmico: desafios e possibilidades para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Nota técnica apresentada ao Programa Avançado em Gestão Pública do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Marchesini, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

São Paulo

2022

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO	01
1.1 Caracterização da organização	01
1.2 Como a situação atual difere da desejada	01
2. ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E TRADE-OFFS.....	04
3. ANÁLISE DO AMBIENTE	07
3.1 Análise PESTEL	07
4. BREVES CONSIDERAÇÕES	09
5. REFERÊNCIAS	12
6. ANEXOS	13

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO

1.1. Caracterização da organização

O escopo deste texto concentra-se na atuação da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SME-SP). Considerando o descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), é competência dos municípios ofertar à população a modalidade do ensino fundamental de nove anos em parceria com a rede estadual. Desse modo, considerável número de unidades educacionais vinculadas à SME-SP dedica-se ao trabalho com essa etapa da educação básica, com raras exceções de unidades que ofertam também o ensino médio.

A estrutura organizacional da rede municipal de ensino de São Paulo caracteriza-se por: Unidades Educacionais (entre elas, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEF); 13 Diretorias Regionais de Ensino (DRE); Órgão Central (SME, centrada na figura do Secretário de Educação) e Conselho Municipal de Educação (CME).

No que se refere especificamente ao ensino fundamental, etapa de nosso interesse, o portal Escola Aberta¹ revela que atualmente a rede municipal de ensino de São Paulo dispõe de 548 EMEF que atendem aproximadamente 1 milhão de alunos entre 6 e 14 anos (1º ao 9º ano do ensino fundamental).

Em linhas gerais, é atribuição da SME, segundo a LDB (BRASIL, 1996), promover o desenvolvimento dos educandos, assegurando-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

1.2. Como a situação atual difere da desejada

Em fevereiro de 2020 foi registrado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. Diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus e na tentativa de conter o aumento no número de casos, as aulas presenciais foram substituídas pelo ensino

¹ <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/escolaaberta/conheca-a-rede>. Acesso em 10/10/2022.

remoto em todas as redes de ensino do país. Tal situação perdurou, total ou parcialmente, por mais de um ano em toda a rede municipal de ensino de São Paulo.

Evidentemente, conforme pode ser comprovado por estudos recentes, o fechamento das escolas e a migração para o ensino remoto, implementada de forma repentina e sem a estrutura necessária, trouxe consequências sérias para a aprendizagem dos estudantes, causando um impacto no déficit educacional em todo o país, já existente, mas que se acentuou ainda mais (MACHADO, 2021).

Quase um ano e meio após o fechamento das escolas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou a pesquisa *Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil* (2021), revelando que 9 em cada 10 escolas de educação básica não retornaram às atividades presenciais em 2020. Ainda segundo a pesquisa, o Brasil registrou uma média de 279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, o que evidentemente trouxe consequências sérias.

Neste sentido, é oportuno analisar dados explicitados por pesquisas que buscaram mensurar a perda na aprendizagem causada pelo fechamento das escolas e pelo ensino remoto, a fim de relacionarmos com o contexto da rede pública municipal de São Paulo.

O estudo *Perda na Aprendizagem na Pandemia*, organizado pelo Insper e Instituto Unibanco (2021) nos revelou que a perda entre os estudantes que concluíram o 2º ano do Ensino Médio em 2020 e iniciaram o 3º ano em 2021, em Língua Portuguesa e Matemática, foi entre 9 e 10 pontos² abaixo do que poderiam alcançar se não tivessem migrado para o ensino remoto.

Lamentavelmente, o mesmo estudo mostra que, em 2021, a projeção da perda de aprendizagens diante da permanência do ensino remoto seria aproximadamente duas vezes mais elevada, passando para 16 pontos em Língua Portuguesa e 20 pontos em Matemática, caso o ensino remoto fosse mantido durante o ano todo. A perda poderia ser minimizada mediante um maior engajamento dos estudantes e a adoção do ensino híbrido no 2º semestre de 2021, acompanhado por ações de recuperação e aceleração do aprendizado (Anexo 1).

² Pontos da Escala Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

O estudo concluiu que, no ensino remoto, os estudantes aprendem, em média, apenas 17% do conteúdo de Matemática e 38% do de Língua Portuguesa, se comparado com a aprendizagem que teriam com aulas presenciais (Anexo 2).

A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (Seduc-SP) realizou, no início de 2021, a pesquisa *O impacto da pandemia na educação: Avaliação Amostral da Aprendizagem dos Estudantes*, para medir o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a aprendizagem dos estudantes, por meio de avaliação amostral de Língua Portuguesa e Matemática aplicada a estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo. Os resultados obtidos foram comparados com o Saeb de 2019.

O levantamento revelou que os piores índices na aprendizagem incidem sobre os estudantes do 5º ano do ensino fundamental, com queda de 46 pontos em Matemática e 29 pontos em Língua Portuguesa na escala Saeb (Anexo 3). Para retornar aos índices de 2019, os pesquisadores estimam que serão necessários 3 anos para Língua Portuguesa e 11 anos para Matemática. Embora a pesquisa tenha sido feita entre estudantes da rede estadual de São Paulo, é possível concluir que dificuldades parecidas podem ser observadas em todo o país.

No que tange à cidade de São Paulo, é importante mencionar que as escolas permaneceram fechadas para as atividades presenciais e adotaram o ensino remoto durante todo o ano de 2020. Em 2021, adotou a estratégia de ensino híbrido até agosto, retomando para as aulas presenciais apenas no segundo semestre e enfrentando grandes desafios de busca ativa de estudantes que mesmo neste período não retornaram.

Do ponto de vista das aprendizagens, a fim de traçar o quadro da defasagem trazida pelo período da pandemia, a Secretaria Municipal de Educação aplicou o instrumento Prova São Paulo nos 6º e 9º anos, que são anos finais de ciclo. O instrumento divide a classificação dos alunos nos componentes Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais em quatro níveis: avançado, adequado, básico e abaixo do básico. É considerado abaixo do adequado a soma do número de estudantes classificados como básico ou abaixo do básico.

O resultado da Prova São Paulo de 2021 demonstrou que houve uma piora significativa nos conhecimentos dos estudantes em relação a 2019, um desafio a ser enfrentado pela gestão municipal.

No 9º ano, 94% dos alunos revelaram ter conhecimentos abaixo do adequado tanto em Matemática quanto em Ciências Naturais e 90% estão abaixo do adequado em Língua Portuguesa. No 6º ano, os índices foram iguais em Ciências Naturais e em Matemática: 85% dos alunos foram classificados com conhecimento abaixo do adequado. Já em Língua Portuguesa, 74% dos alunos demonstraram ter conhecimentos abaixo do adequado. É possível verificar os percentuais de queda em relação a 2019 nos Anexos 4 e 5.

Os dados demonstram o problema público da queda significativa nas aprendizagens dos estudantes e apontam para a urgência em tentar resgatar o que foi perdido no período pandêmico, o que evidentemente passa, de forma prioritária, por projetos de recuperação e aceleração das aprendizagens e otimização do currículo. Interessa-nos analisar quais alternativas de solução a SME adotou para o enfrentamento deste problema no que se refere às ações de recuperação das aprendizagens e, passado algum tempo, o que é possível concluir em termos de resultados alcançados e desafios.

2. ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E TRADE-OFFS

Diante do quadro apresentado na seção anterior, a Secretaria adotou algumas ações na tentativa de minimizar o impacto da pandemia na educação. Dentre elas, queremos sublinhar o contido na Instrução Normativa nº 50 de Dezembro de 2021 (SÃO PAULO, 2021), que instituiu e organizou o projeto de recuperação das aprendizagens, denominado *Projeto Fortalecimento das Aprendizagens*, com implantação a partir de Fevereiro de 2022.

É consenso entre especialistas em Educação a necessidade de iniciativas rápidas de recuperação dos conhecimentos não adquiridos durante a pandemia (INSTITUTO UNIBANCO; INSPER, 2021). No entanto, percebemos que a SME-SP foi lenta em fazer o planejamento desta ação, deixando-a apenas para o início de 2022, mais de um ano e meio após o início do período pandêmico.

Ao analisarmos a IN nº 50, podemos destacar que o planejamento do projeto Fortalecimento apresentou como ações: aplicação dos instrumentos de acompanhamento docente em Língua Portuguesa e Matemática, no início de cada bimestre, digitados em sistema próprio de Sondagem; planejamento das ações a partir do diagnóstico dos estudantes; disponibilização de materiais didáticos aos professores; formação continuada para os docentes participantes do projeto.

Do ponto de vista da organização do projeto, a IN orienta que as turmas do Ciclo Autoral (7º a 9º ano) deveriam ser disponibilizadas no contraturno do estudante, obrigatoriamente das 12h às 13h30 (pré ou pós aula), com carga horária de duas horas-aula diárias, de segunda a sexta-feira, totalizando 10 dez horas-aula semanais. As turmas deveriam ser compostas com no mínimo doze e no máximo quinze estudantes.

Para a formação das turmas, as escolas deveriam obedecer os seguintes critérios de encaminhamentos dos estudantes: aqueles que apresentaram dificuldades de aprendizagens nas avaliações internas e externas dos anos anteriores; acompanhados pelo NAAPA³; em situação de vulnerabilidade social; que apresentaram baixa ou nenhuma frequência escolar em 2021. As turmas foram formadas pelo Conselho de Classe, podendo ser alterada, após avaliação do colegiado, ao final de cada semestre.

Seguindo as determinações da IN nº 50, as aulas do projeto *Fortalecimento* deveriam ser oferecidas aos docentes da escola, em fevereiro, seguindo o processo de atribuição de aulas. Isso significa que os professores poderiam optar pelas turmas de recuperação das aprendizagens, inclusive para composição de jornada docente⁴. Como forma de incentivo, a IN previu que o docente que cumprisse a carga-horária mínima de 144 horas-aulas faria jus a uma pontuação para fins de evolução funcional na carreira. No entanto, não determinou nenhuma implicação para o professor que escolhesse dar aula nessas turmas e se afastasse depois.

³ O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) atende às unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino no desenvolvimento de práticas pedagógicas para crianças e adolescentes que em virtude de situações sociais, culturais ou emocionais, se encontram em sofrimento ou com significativos prejuízos no seu processo de escolarização

⁴ Caso o docente tenha no mínimo 25 horas-aulas semanais atribuídas, pode ingressar em Jornada Especial Integral de Formação – JEIF, com carga horária de 40 horas semanais (25h/aula e 15 h/adicionais semanais, 11 na escola e 4 em local de livre escolha).

Ficam-nos evidentes os esforços da SME-SP em apresentar uma resposta, mesmo que tardia, para o enfrentamento da perda das aprendizagens decorrentes da pandemia. No entanto, alguns destes pontos da IN impactaram diretamente a organização e o funcionamento das escolas em 2022, trazendo consequências indesejadas, conforme iremos discorrer a seguir.

- A SME-SP posicionou o projeto *Fortalecimento* no contraturno do estudante, mas não promoveu a extensão de jornada. Em termos práticos, isso significa que o estudante pode frequentar as aulas em sua turma regular, mas não é obrigado a permanecer na escola no período do projeto, o que reflete diretamente nos índices de frequência e de continuidade do processo pedagógico;

- A falta de obrigatoriedade em participar ou permanecer no projeto, mesmo fazendo parte de seu público-alvo, criou um ambiente de facilidade para baixa frequência e evasão;

- A IN estabeleceu critérios para a inclusão dos estudantes nas turmas do projeto, o que reconhecemos como desejável. No entanto, os critérios contemplaram os estudantes considerados pela SME-SP como prioridade, mas certamente deixaram de atender a outros perfis de estudantes que também precisam de recuperação de aprendizagens;

- A IN é pouco flexível na formação das turmas e não permite que os professores possam incluir/excluir estudantes das listas durante o processo, permitindo fazer alterações somente no final do semestre. Os docentes e a escola têm pouca autonomia neste sentido, o que resultou em turmas esvaziadas e estudantes que estão fora do projeto e que podem ser incluídos somente após a avaliação do colegiado de professores no Conselho de Classe;

- A IN permite que as aulas do projeto *Fortalecimento* possam constituir parte da jornada docente, isto é, o professor pode escolher as aulas do contraturno para compor o número de aulas necessárias para a JEIF. Na prática, o gestor da escola “perde” esse profissional no período de aula regular, com as turmas cheias, e fica com o professor à disposição no contraturno, muitas vezes com um número bem reduzido de estudantes. A SME-SP não aumentou o número de professores da escola em virtude do projeto *Fortalecimento*, ocasionando um “buraco” a ser administrado diariamente pela gestão da escola;

- A SME-SP não previu em nenhum ponto da IN como proceder em casos de absenteísmo de professores que escolheram o projeto e não há professores substitutos nos horários destas aulas.
- Houve má administração dos recursos humanos e financeiros com a implantação do projeto *Fortalecimento*, uma vez que professores estão sendo remunerados para ficarem com turmas esvaziadas.

Passado quase um ano do início do Projeto *Fortalecimento*, o cenário ideal para a problemática da recuperação da aprendizagem comprometida pela pandemia de Covid-19 seria ter conseguido engajamento dos estudantes público-alvo do projeto, bem como demonstrar melhora nos índices de conhecimento demonstrados em instrumentos avaliativos.

No entanto, do ponto de vista do engajamento, quando comparamos a situação desejada com a situação atual, fica-nos evidente que o projeto não atingiu os objetivos desenhados pela gestão municipal com a eficiência esperada. Sobre a melhora nos índices, teremos um panorama mais preciso após a divulgação dos resultados obtidos na aplicação da Prova São Paulo, cuja aplicação ocorrerá em todas as escolas municipais em Novembro de 2022, mas já podemos antecipar que os índices certamente seriam melhores se o projeto de recuperação das aprendizagens tivesse conseguido melhor adesão. Esses fatores nos sinalizam para a necessidade de repensar a estratégia.

3. ANÁLISE DO AMBIENTE

3.1. Análise PESTEL

Optamos pelo uso da Análise Pestel para realizar uma leitura do ambiente externo, tanto no que se refere à escola como unidade educacional, como também aos impactos positivos ou negativos que mudanças e transformações trouxeram à rede municipal de ensino de São Paulo. A ferramenta busca trazer uma observação sobre as tendências de aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais, bem como seus desdobramentos para a escola, conforme segue:

POLÍTICOS	ECONÔMICOS	SOCIAIS	TECNOLÓGICOS	AMBIENTAIS	REGULAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - Ações da SME para enfrentamento da pandemia; - Políticas de distribuição de cestas básicas e cartão-alimentação para as famílias dos estudantes durante a pandemia; - Políticas de acesso à internet e equipamento tecnológico; - Políticas de estruturação das escolas para retomada das atividades presenciais; - Resultados das escolas nas avaliações externas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Altos índices de desemprego entre as famílias dos estudantes; - Altos índices de emprego informal entre as famílias dos estudantes; - Aumento no repasse de verbas às unidades educacionais para reabertura das escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias em situação de vulnerabilidade; - Participação das famílias no acompanhamento da escolaridade; - Engajamento dos estudantes com o ensino remoto; - Disponibilidade de tempo das famílias em acompanhar o ensino remoto; - Engajamento dos estudantes com o projeto de recuperação; - Parceria da família em acompanhar a frequência no projeto de recuperação; - Cultura de valorização do trabalho da escola pela comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças tecnológicas; - Condições para implantação do ensino remoto; - Condições de acesso à internet das famílias; - Disponibilidade de dispositivos tecnológicos das famílias dos estudantes; - Condições do laboratório de informática da escola; - Fluência dos professores com as tecnologias; - Distribuição de tablets e chips para os estudantes; - Disponibilidade de notebooks para os professores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise sanitária ocasionada pela pandemia; - Condições sanitárias das escolas para retomada das atividades presenciais; - Elaboração de protocolos sanitários para o retorno presencial seguro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal; - Lei de Diretrizes e Bases; - Estatuto da Criança de do Adolescente; - Plano Nacional de Educação – PNE; - Plano Municipal de Educação – PME; - Base Nacional Comum Curricular; - Currículo da Cidade de São Paulo; - Instrução Normativa SME nº 50 de 2021.

A tabela nos revela as preocupações da SME-SP por meio das decisões políticas tomadas em promover ações de: segurança alimentar, devido ao quadro de vulnerabilidade social e desemprego presente em algumas famílias; acesso à conectividade aos estudantes no período pandêmico, pois muitos não dispunham de recursos tecnológicos para o ensino remoto; criação de condições estruturais para o retorno às atividades presenciais com protocolos sanitários seguros, inclusive com aumento de repasse de verbas às unidades educacionais; planejamento de projeto de recuperação e aceleração das aprendizagens, mesmo que de forma tardia.

Paralelamente, a análise nos chama a atenção para o grande desafio a ser enfrentado pela SME-SP, a saber, recuperar a parceria necessária entre família-

escola no acompanhamento da escolaridade dos estudantes, pois um projeto de recuperação das aprendizagens eficiente passa pela valorização da cultura escolar por parte dos pais e responsáveis dos estudantes.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

Considerando os desafios e as possibilidades de ação delineados nas seções anteriores e diante do fato de que ainda não há dados sistematizados e disponibilizados pela SME-SP em avaliação do projeto *Fortalecimento*, julgamos oportuno fazer o levantamento da percepção de alguns professores que participam atualmente do trabalho com a recuperação das aprendizagens no contexto de uma escola situada na zona leste da cidade de São Paulo.

Para tanto, aplicamos um questionário a seis professores e obtivemos cinco respostas. A seguir, elencamos alguns de seus apontamentos:

- DIFICULDADES ENFRENTADAS: continuidade do processo pedagógico em virtude da baixa frequência dos estudantes; dificuldade em trabalhar com a grande defasagem de conteúdos apresentada pelos alunos; alunos em diferentes níveis de aprendizado na mesma turma.
- MATERIAL DIDÁTICO: crítica à falta de um material didático exclusivo e voltado para o projeto; apresenta atividades já propostas em materiais anteriores e, portanto, repetitivas, o que provoca desmotivação; alguns estudantes não conseguem acompanhar as atividades propostas, sendo necessárias constantes adequações e adaptações.
- FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES: a maioria dos estudantes falta nas aulas do projeto, alguns nunca compareceram; o quadro é mais grave no 9º ano; as faltas aumentaram ainda mais no 2º semestre.
- DESEMPENHO DOS ESTUDANTES: os estudantes que acompanham o projeto e são assíduos apresentam avanços; turmas menores oportunizam atendimento mais individualizado e foco nos conteúdos básicos que precisam ser recuperados.
- SOBRE OS OBJETIVOS DO PROJETO: consideram que foram parcialmente atingidos; o maior fator de comprometimento é a inassiduidade dos alunos; a

defasagem das aprendizagens permanece, mesmo considerando que alguns avanços foram conquistados; será necessário maior tempo e investimento no processo de recuperação.

- CONTINUIDADE DO PROJETO EM 2023: todos consideram importante que o projeto seja ofertado novamente no próximo ano, na tentativa de oferecer apoio pedagógico aos alunos que necessitam.

- SUGESTÕES PARA APRIMORAMENTO DO PROJETO: conscientização das famílias quanto à relevância da frequência e participação no projeto; material didático apropriado à realidade do público do projeto; maior flexibilização e autonomia na formação das turmas; promoção de eventos e atividades extraclasse para motivar os alunos.

Analisando as respostas dos professores, percebemos a necessidade de um trabalho para aumentar o engajamento tanto dos estudantes como das famílias em reconhecer a importância de participar de aulas de recuperação e do impacto que pode gerar para os anos futuros do aluno (MACHADO, 2021).

No entanto, cabe mencionar que, em contextos em que há uma cultura fraca de valorização da escolarização, a pandemia acentuou a dificuldade em atrair e manter os jovens na escola, especialmente diante do fato de que muitos deles tiveram que trabalhar para ajudar financeiramente a família. Muitos destes alunos cuidam dos irmãos menores enquanto os pais trabalham. Quando questionadas, são inúmeros os motivos apresentados pelas famílias para justificar a ausência dos filhos em projetos de recuperação no contraturno escolar.

Como alternativa para essa dificuldade, os gestores públicos devem analisar a possibilidade de estender a jornada do aluno na escola, isto é, tornar as aulas complementares *obrigatórias*. Sem a extensão da jornada do estudante, a escola não tem mecanismos legais de “segurar” esses alunos que precisam do projeto, ficando na dependência do compromisso das famílias e engajamento do aluno. Evidentemente, reconhecemos que esta decisão política exige investimento orçamentário por parte das secretarias.

Do ponto de vista da gestão escolar, o projeto Fortalecimento trouxe, em 2022, demandas organizacionais que não foram previstas na IN e que devem ser

redimensionadas, caso tenha continuidade em 2023. Neste sentido, apresentamos as seguintes sugestões ao gestor público:

- Aumentar o número de professores nas escolas com turmas do projeto *Fortalecimento*, a fim de atender essas turmas adicionais;
- Alocar as aulas do projeto fora da jornada dos professores, com o objetivo de não impactar os turnos de aulas regulares com falta de professores;
- Criar mecanismo de exclusão de professor que apresente determinado número de faltas do projeto, regulamentado em IN, e providenciar sua imediata substituição;
- Promover formas de incentivo, inclusive financeiro, a professores que consigam bons índices de frequência e desempenho em suas turmas;

Certamente, se queremos melhorar nossos índices educacionais e construir um sistema mais resiliente a longo prazo, é necessário investimentos e um projeto coletivo que envolva esforços de todos os segmentos da sociedade. A educação remota tornou a aprendizagem dos estudantes ainda mais dependente dos recursos e do acompanhamento das famílias, evidenciando e acentuando o abismo entre aqueles mais vulneráveis e os mais abastados. De todo modo, a pandemia nos mostrou a importância da parceria das famílias e do atendimento individualizado aos que precisam de suporte. É necessária uma ação coletiva coordenada, envolvendo escola, família e políticas intersetoriais (MACHADO, 2021).

Para finalizar, queremos sinalizar a urgência em garantir que os professores tenham apoio e acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional de alta qualidade. Gestores públicos devem promover escuta ativa dos gestores educacionais no redimensionamento das políticas de recuperação e outras. É preciso aumentar a participação da educação nas previsões orçamentárias se desejamos recuperar o que foi perdido e retornar aos índices anteriores à pandemia.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>. Acesso em 01 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Brasília: 1996.

INSTITUTO UNIBANCO; INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. *Perda de Aprendizagem na Pandemia*. Relatório. São Paulo, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. *Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil*. Relatório. Brasília, 2021.

MACHADO, Laura Muller (Org.) *Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

PORTAL G1. Pandemia afeta aprendizagem e percentual de alunos com nível abaixo do adequado vai a 90% no 9º ano em SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/17/pandemia-afeta-aprendizagem-e-percentual-de-alunos-com-nivel-abaixo-do-adequado-vai-a-90percent-no-9o-ano-em-sp.ghtml>. Acesso em 01 out. 2022.

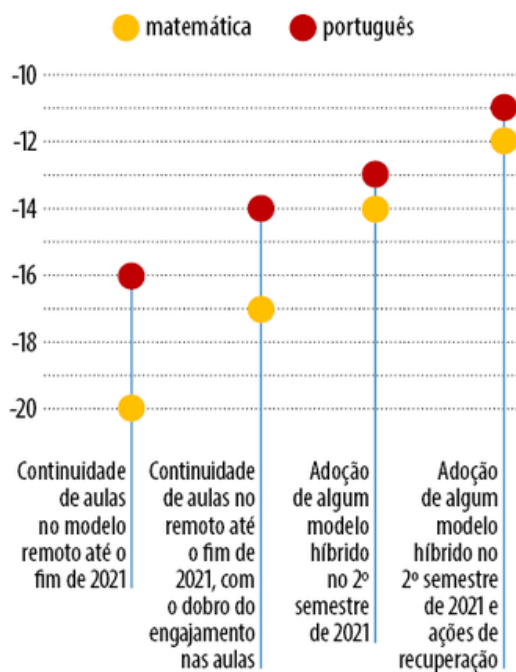
SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. *Instrução Normativa SME nº 50*. Institui os projetos de fortalecimento das aprendizagens e reorganiza o projeto de apoio pedagógico – PAP. São Paulo, 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *O impacto da pandemia na educação: Avaliação Amostral da Aprendizagem dos Estudantes*. Relatório. São Paulo: 2021.

6. ANEXOS

- Anexo 1

Estimativa de perda na proficiência do 3º ano do ensino médio em 2021

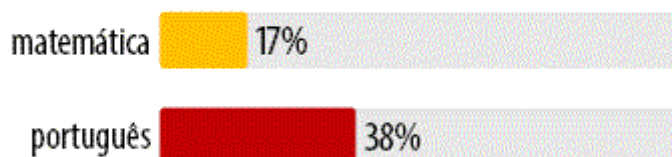


Obs.: Com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Fonte: Insper e Instituto Unibanco

- Anexo 2

Rendimento educacional - Brasil

Aprendizado dos alunos no ensino remoto com relação ao esperado no presencial*

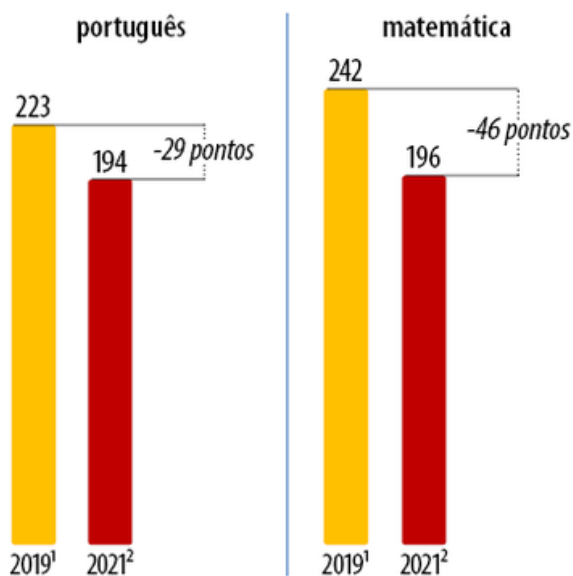


*Independentemente da idade e da série.
Fonte: Insper e Instituto Unibanco

- Anexo 3

Rendimento escolar - São Paulo

Queda da proficiência entre 2019 e 2021 no 5º ano do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo

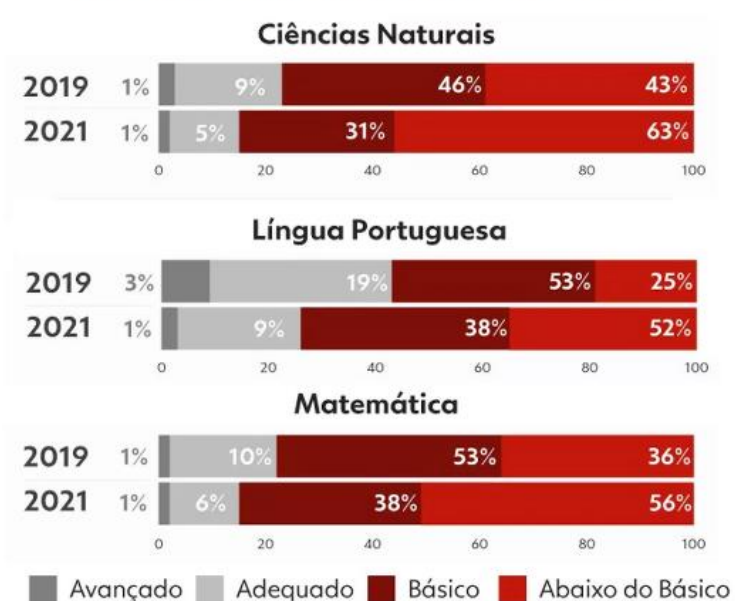


¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb);

² Avaliação amostral; Fonte: Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (Seduc-SP)

- Anexo 4

RESULTADO PROVA SÃO PAULO - 9º ANO

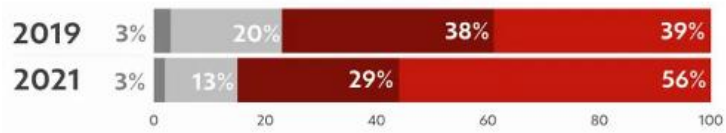


Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

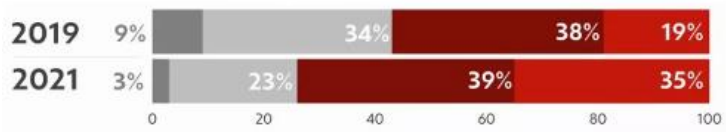
- Anexo 5

RESULTADO PROVA SÃO PAULO - 6º ANO

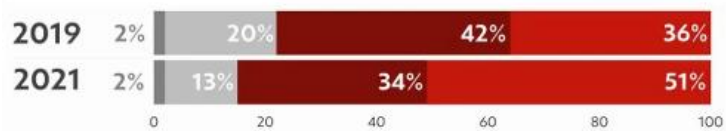
Ciências Naturais



Língua Portuguesa



Matemática



■ Avançado ■ Adequado ■ Básico ■ Abaixo do Básico

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo